

O temor dos o governo não empresários: e se cortar gastos?

Diversos empresários manifestaram-se preocupados com os efeitos que o pacote fiscal, aprovado ontem pela Câmara, poderá ter sobre a economia do País. O principal temor é de que as mudanças tributárias representem maiores ônus para os assalariados e as empresas.

O diretor do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, destacou que as medidas econômicas do governo geraram várias interpretações equivocadas, particularmente a parte referente à tributação. "Há realmente um aumento de impostos, sacrifício maior por parte da sociedade, mas que virá em benefício da própria sociedade e no sentido de diminuir o déficit e equilibrar receitas e despesas", disse.

Em contrapartida, ressaltou, o governo comprometeu-se a ser muito mais austero. "Foi um avanço corajoso por parte do governo, no sentido de diminuir o déficit, seja com novos aumentos na arrecadação ou com medidas de austeridade e maior eficiência do próprio governo." Ele destacou ainda que a escolha do IPCA foi correta e perfeita. "Não há dúvida nenhuma que uma inflação medida pelo IPCA é mais corretamente medida do que uma inflação que envolve o preço por atacado, a construção civil e também o preço ao consumidor."

João Carlos Paes Mendonça, presidente da Associação Brasileira de Supermercados e do Grupo Bom Preço, destacou que o governo demonstrou interesse em reduzir seu déficit, procurando racionalizar seus gastos com custeio e seus investimentos. "A sociedade também deverá dar sua contribuição através de uma melhor distribuição da carga tributária por pessoa física. A iniciativa privada também, pois deverá assumir uma carga tributária bastante forte, já que o Imposto de Renda por empresa cresce 50%. É uma nova fase que se precisa entender, necessária para gerar desenvolvimento econômico e social".

Já o presidente da Anfavea, André Beer, lamentou a redução do prazo de recolhimento do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incluída entre as medidas que o governo pretende ver aprovadas. Segundo Beer, a redução desse prazo de 45 dias para 30 dias "onera" as empresas, já que o prazo entre a compra de materiais, produção de um veículo e comercialização é de aproximadamente 60 dias. "As empresas já financiavam o IPI por 30 dias e agora passam a financiar os tributos por 45 dias".

Ilusão

Para o presidente da Federação das Associações Comerciais e Industriais do Rio Grande do Sul, Cesar Valente, o pacote fiscal provoca uma ilusória redução do Imposto de Renda mas não resiste a uma análise matemática elementar. As medidas, segundo ele, sobrecarregam todo o povo brasileiro pelo aumento do custo de vida, pois as empresas não deixarão de repassar para os preços os custos adicionais que terão com a carga tributária.

Valente disse isso ontem ao próprio presidente Sarney, em audiência ao lado de 17 empresários gaúchos. "O governo", disse ele, "quer arrecadar mais Cr\$ 80 trilhões em impostos para reduzir o déficit público à custa do contribuinte, mas se propõe a um sacrifício de apenas Cr\$ 8 trilhões em corte de gastos, dentro de um orçamento que chega a quase Cr\$ 1 quatrilhão".

Cesar Valente também chamou a atenção para a necessidade de que a reforma ministerial seja feita o mais urgente possível, pois a indefinição no Ministério está adiando as decisões de investimentos do empresariado.

Também o presidente do Grupo Fenícia e das Lojas Arapuã, Jorge Wilson Simeira Jacob, disse que foi muito modesto o sacrifício que o governo terá no programa de reajuste da economia. Na sua opinião, a redução de Cr\$ 8 trilhões de custeio, conforme está estabelecido no pacote econômico, além de ser pequena "corre o risco de não ser concretizada".

Segundo explicou, o conjunto de medidas contidas no pacote tem aspectos positivos, principalmente no tocante à parte fiscal, através da redução do Imposto de Renda para contribuintes de renda menor, decisão que amplia o poder de compra do consumidor. No entanto, questionou o aumento da carga tributária nas empresas, que poderão repassar esse acréscimo nos seus preços, eliminando em parte o ganho dos assalariados.

Descentralização

Na opinião do governador Esperidião Amin, de Santa Catarina, uma das soluções para resolver os problemas do País seria a descentralização do poder. Por isso, o pacote econômico, "como todas as providências de impacto de um governo, tem algumas medidas corretas, mas não resolve os problemas brasileiros, indiscutivelmente. Isso depende do nosso trabalho e, principalmente, da descentralização do poder".

O deputado federal Renato Viana (PMDB — SC) condenou a forma como o pacote foi enviado ao Congresso, quando faltavam poucos dias para o início do recesso, não permitindo estudos mais profundos sobre as medidas anunciadas. "Nós não podemos permitir que o governo ponha goela abaixo um pacote para apreciar em apenas dois dias. Temos que condenar essa prática."

O presidente da seção gaúcha do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Iebef), Jairo Gudis, distribuiu ontem em Porto Alegre nota oficial em que manifesta a posição de sua entidade sobre o pacote e critica a "timidez com que o governo agiu no corte das despesas de custeio" e a "indefinição de um programa de investimentos onde fiquem estabelecidas nitidamente as prioridades além daquelas de caráter social". O documento critica ainda a falta de informações precisas sobre o déficit público.



Abílio Diniz



Paes Mendonça